



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº. 71/2026

UASG nº 102134 - IFUSP

Processo SEI nº 154.00006822/2026-14

OBJETO

Aquisição de empilhadeira – cavalete – balizador – forno de micro-ondas – controles remoto, nos termos do inciso II do caput do art. 75 da Lei federal nº 14.133/2021

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 15.335,74

DATA DA SESSÃO

Dia **13/05/2026**

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das 9h até 15h

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Critério de Julgamento: menor preço por item

Link: [//www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 71/2026 – IFUSP

Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA.....	3
2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.....	3
3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL5	
4. FASE DE LANCES.....	7
5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS	7
6. HABILITAÇÃO.....	9
7. DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	10
8. CONTRATAÇÃO.....	11
9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	12
10.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	14

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE FÍSICA

Processo SEI nº 154.00006822/2026-14

Torna-se público que a **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**, por meio do **Instituto de Física**, realizará Dispensa Eletrônica com critério de julgamento **menor preço**, na hipótese do inciso II, *caput*, do artigo 75 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024 e demais normas aplicáveis.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 1.1. O objeto do presente procedimento de dispensa de licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o **fornecimento de empilhadeira – cavalete – balizador – forno de micro-ondas – controles remoto**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.
 - 1.1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.
- 1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

- 2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.
 - 2.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento/serviço que pretende atender.
 - 2.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo [aplicativo Compras.gov.br](#).
 - 2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão/entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 2.2. Para os lotes 01 a 04, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
 - 2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 71/2026 – IFUSP

- 2.3. Nos limites previstos no artigo 4º da Lei federal nº 14.133/2021 e na Lei Complementar federal nº 123/2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no artigo 34 da Lei federal nº 11.488/2007 e no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.
- 2.4. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:
- 2.4.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) Anexo(s);
- 2.4.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.4.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021;
 - b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021;
 - c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
 - f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
 - g) não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
 - h) a vedação de que trata a alínea g deste subitem, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
 - i) organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

2.5. Será permitida a participação de:

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 71/2026 – IFUSP

a) cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

a.1) Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007.

- 2.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.7. O disposto na alínea “c” do subitem 2.4.3. aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

- 3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
- 3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
 - 3.2.1. O fornecedor **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto para contratação.
- 3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.
- 3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
 - 3.4.1. Quando o objeto abranger a contratação de serviços, a proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
 - 3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.5. Independentemente do percentual do tributo que constar da proposta/planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.
- 3.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que compõe o Anexo I deste Aviso, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto contratado nos seus termos, bem como de fornecer/utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (**sessenta**) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 71/2026 – IFUSP

- 3.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 3.8.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 3.8.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus Anexos;
 - 3.8.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
 - 3.8.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata [o art. 93 da Lei nº 8.213/91](#).
 - 3.8.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#).
- 3.9. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no artigo 34 da Lei federal nº 11.488/2007 (**se admitida a participação de cooperativas**) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar a exceção dos §§ 2º e 3º do artigo 4º supracitado, conforme especificado no item 3.9.1 subsequente.
- 3.9.1. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar federal nº 123/2006 as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização do certame, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do artigo 4º da Lei federal nº 14.133/2021.
 - 3.9.2. Na hipótese de se verificar a exceção especificada no item 3.9.1, o fornecedor deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar federal nº 123/2006.
 - 3.9.3. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).
- 3.10.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste Aviso.
 - 3.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta.
 - 3.10.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.
 - 3.10.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 71/2026 – IFUSP

lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

- 4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste Aviso.
- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.3. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário** do lote.
- 4.4. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
 - 4.4.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
 - 4.4.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **0,50 (cinquenta centavos)**.
- 4.5. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.6. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.7. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.8. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
 - 4.8.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, poderá haver a negociação das condições mais vantajosas.
 - 5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.
 - 5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.
- 5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 71/2026 – IFUSP

lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

- 5.3.1. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, na hipótese de modelo disponibilizado pela Administração neste Aviso, com os valores adequados à proposta vencedora.
- 5.4. Encerrada a etapa de negociação, será verificado se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.4. e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 5.4.1. SICAF;
 - 5.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
 - 5.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
 - 5.4.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
 - 5.4.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
 - 5.4.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e
 - 5.4.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).
- 5.5. Sempre que aplicável, as consultas aos cadastros acima serão realizadas em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 5.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).
 - 5.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
 - 5.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
 - 5.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será inabilitado, por falta de condição de participação.
- 5.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus Anexos.
- 5.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 5.8.1. contiver vícios insanáveis;
 - 5.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Aviso ou em seus Anexos;
 - 5.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação, se for o caso;

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 71/2026 – IFUSP

- 5.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
 - 5.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - 5.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
 - 5.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
 - 5.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.
- 5.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.
- 6.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
 - 6.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
 - 6.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 71/2026 – IFUSP

- 6.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de **60 (sessenta)** minutos, sob pena de inabilitação. (art. 17, § 2º - [Decreto Estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024](#)).
- 6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.5. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.6. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, no caso de centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
 - 6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
- 6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 7.1. Qualquer fornecedor poderá apresentar recurso administrativo quanto aos atos de julgamento de proposta e de habilitação ou inabilitação.
- 7.2. O Agente de Contratação irá consultar os fornecedores, via chat, sobre eventual intenção de interpor recurso.
- 7.3. A intenção de recorrer, devidamente motivada, deverá ser manifestada imediatamente, via CHAT, sob pena de preclusão;
- 7.4. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 7.5. As razões recursais deverão ser encaminhadas via *e-mail*: **compras@if.usp.br** no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data do ato de habilitação ou inabilitação.
- 7.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 7.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais fornecedores será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 7.8. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 7.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, mediante solicitação formal via e-mail: **compras@if.usp.br**.
- 7.10. Encerradas as fases de julgamento e de habilitação, exauridos os recursos administrativos, e constatada a regularidade dos atos praticados, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 71/2026 – IFUSP

procedimento, observado, no que couber, o disposto no artigo 71 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8. CONTRATAÇÃO

- 8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
 - 8.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada;
 - 8.1.2. Se não for possível atualizar os documentos por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar;
 - 8.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL” nos termos da Lei Estadual nº 12.799/2008;
 - 8.1.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 5.4.
- 8.2. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:
 - 8.2.1. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida no Termo de Referência que compõe o Anexo I deste Aviso;
 - 8.2.2. outra(s) exigência(s) que seja(m) definida(s) no Termo de Referência.
- 8.3. O adjudicatário terá o prazo de 05 (*cinco dias úteis*), contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
 - 8.3.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.
 - 8.3.2. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado por igual período por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.
 - 8.3.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.
- 8.4. O Aceite do instrumento equivalente, quando houver, emitido ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
 - 8.4.1. referido instrumento está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 8.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus Anexos;

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 71/2026 – IFUSP

- 8.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 8.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência e/ou Termo de Contrato, quando houver.
- 8.6. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1. Observadas as disposições da [Resolução USP nº 8548/2023](#), que integra este Aviso, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.leginf.usp.br>, comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), quais sejam:
- 9.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 9.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 9.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 9.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 9.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 9.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
- 9.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 9.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 9.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 9.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 9.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
- 9.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 9.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal e da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da extinção do instrumento contratual, resguardado o direito à ampla defesa ([art. 24 – Decreto Estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024](#)), às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 9.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 71/2026 – IFUSP

- b) Multa calculada em percentual de 2% a 30% sobre o valor respectivo indicado nos artigos 4º, 8º e 9º, da Resolução USP nº 8548/2023, conforme o caso, observadas as demais disposições da mencionada normativa;
 - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 9.1.2 a 9.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 9.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º](#)).
- 9.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º](#)).
- 9.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#)).
- 9.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º](#)).
- 9.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis (art. 26, alínea “b” – Resolução USP nº 8548/2023), a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):
- 9.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 9.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 9.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 9.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante;
 - 9.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.10. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 9.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 71/2026 – IFUSP

direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160](#)).

- 9.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.13. As multas devidas pelo contratado poderão ser compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ainda quando resultantes da execução de outro contrato, e/ou descontadas da garantia do respectivo contrato ou, quando for o caso, a Administração efetuará a cobrança judicialmente (art. 11 – Resolução USP nº 8548/2023).
- 9.14. As multas e demais débitos não pagos pelo contratado são passíveis de registro no **CADIN** Estadual, mediante prévio procedimento administrativo, observado o contraditório e a ampla defesa, em consonância com o disposto na Portaria GR nº 6723/2016.
- 9.15. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade nos seguintes sistemas:
 - 9.15.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);
 - 9.15.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
 - 9.15.3. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções - (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
 - 9.15.4. Sistema Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
 - 10.1.1. republicar o presente Aviso com uma nova data;
 - 10.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;
 - 10.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
 - 10.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 10.2. As providências dos subitens 10.1.1 e 10.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 10.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 10.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 10.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 71/2026 – IFUSP

para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

- 10.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 10.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 10.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 10.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 10.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 10.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 10.12. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do certame, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 10.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
 - ANEXO I – Termo de Referência
 - ANEXO II – Proposta Comercial
 - ANEXO III – Orientações sobre a retenção de imposto de renda

São Paulo, na data da assinatura digital.

Profª. Kaline Rabelo Coutinho
Diretora

ANEXOS

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
INSTITUTO DE FÍSICA DA USP

Processo SEI nº **154.00006822/2026-14**

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Empilhadeiras, cavaletes, balizadores, forno de micro-ondas e controles remoto, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID. MEDIDA	QUANT. TOTAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
LOTE 01	<p>ITEM 01 MATERIAL: EMPILHADEIRA CARRO DE TRANSPORTE MANUAL - MATERIA-PRIMA: DE ACO CARBONO TIPO DE CARRO: SUBIDA DOS GARFOS HIDRAULICO MODELO: TRANSPALETE SEMI ELÉTRICO FORMA DA ESTRUTURA: ELEVACAO MAXIMA DE 20 CM ALCA/PEGADOR: PEGADOR EM FORMA DE 'T' DIMENSOES: MEDINDO NO MINIMO (122,5 X 68 X 153,3) CM (A X L X C) CAPACIDADE DE CARGA: 3.000 KG TIPO DE RODA/RODIZIO: RODA DIRECIONAL TANDEN DIAMETRO 170 X 50MM DE LARGURA COM ROLAMENTO DE BLINDAGEM DUPLA 613954 ACABAMENTO: COM TRATAMENTO CONTRA FERRUGEM E PINTURA EPOXI NUMERO DE RODAS/RODIZIOS: RODIZIOS COM DUAS RODAS NA ALAVANCA E DUAS RODAS EM CADA GARFO FINALIDADE: PARA MOVIMENTACAO DE CARGAS PESADAS DETALHES ADICIONAIS: GARANTIA MINIMA DE 12</p>	326726	UNID.	01	9.264,93	9.264,93

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 71/2026 – IFUSP

	MESES, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO;					
LOTE 02	ITEM 02 MATERIAL: CAVALETES Cavalete de sinalização em polietileno, com proteção contra raios UV, medindo entre 114 cm e 116 cm de altura, e entre 62 e 65 cm de largura. Cavalete com painel duplo sendo parte superior 60cm x 30 cm, e parte inferior 60 cm x 20 cm. Cavalete na cor laranja, painéis para aplicação de adesivos, logotipos e outros. Com acabamento em esmalte sintético refletivo. Na parte superior deve possuir tampa, por onde é possível colocar água ou areia para evitar deslocamento. Altura do cavalete aberto em torno de 110cm. GARANTIA MÍNIMA DE 12MESES, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO;	360603	UNID.	05	554,28	2.771,40
	ITEM 03 MATERIAL: BALIZADOR Balizador de sinalização, em poliuretano ultra flexível; com proteção contra raios UV; no formato de poste cilíndrico vertical. na cor preta com duas faixas refletivas amarelas; faixas refletivas conforme NBR 14644. Medida: dimensões: 94 cm de altura x 10 cm diâmetro. pesando no mínimo 2,5 kg (aproximadamente); orifícios laterais c/4cm de diâmetro para passagem de corrente. base de borracha; com sistema de encaixe para acoplamento; efeito João Bobo. formato da base com 28 cm de diâmetro. cor da base: na cor preta; com 4 rebaixos para colocação de parafusos chumbadores para fixação ao solo; removível. Resistente a impactos, intempéries, alta visualização, p/canalização de tráfego e divisão de fluxo GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO;	624517	Unid.	05	160,57	802,85

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 71/2026 – IFUSP

<p align="center">LOTE 3</p>	<p>ITEM 04 MATERIAL: FORNO MICRO-ONDAS, BRANCO; PRATO GIRATÓRIO DE 31,5 CM DIÂMETRO; CAPACIDADE 32 LITROS; POTÊNCIA: 900W; DIMENSÃO: 53.8 CM X 30.1 CM X 43.1 CM; FUNÇÃO TIRA ODOR, DESCONGELAR, NÍVEIS DE 10 POTÊNCIA; VOLTAGEM: FREQUÊNCIA 110V; (HZ):60; CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NÍVEL A EMITIDO PELO INMETRO; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO;</p>	<p align="center">391765</p>	<p align="center">UNID.</p>	<p align="center">01</p>	<p align="center">636,66</p>	<p align="center">636,66</p>
<p align="center">LOTE 4</p>	<p>ITEM 05 MATERIAL: CONTROLE REMOTO CONTROLE REMOTO UNIVERSAL PARA AS MARCAS PARA OS CONDICIONADORES DE AR DA MARCA CONSUL, DAEWOO, ELECTROLUX, FUJITSU, GENERAL, GREE, HITACHI, HYUN.- MODELO: MODELO SPLIT, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO;</p>	<p align="center">390407</p>	<p align="center">UNID.</p>	<p align="center">10</p>	<p align="center">150,85</p>	<p align="center">1.508,50</p>
	<p>ITEM 06 MATERIAL:CONTROLE REMOTO CONTROLE REMOTO PARA CONDICIONADOR DE AR DA MARCA ELGIN, PISO TETO, 48.000 BTU/H- MODELO: MODELO PHFI 48000-2- GARANTIA: COM PRAZO DE GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES, NBR 16101 ABNT, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO;</p>	<p align="center">322970</p>	<p align="center">UNID.</p>	<p align="center">10</p>	<p align="center">35,15</p>	<p align="center">351,40</p>

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **10 (dez) dias** contados da **data de assinatura da nota de empenho**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 71/2026 – IFUSP

- 1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

- 1.5. O CONTRATADO não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme detalhamento a seguir:

I. ID PCA no PNCP: 63025530000104-0-000033/2026

II. Data de publicação no PNCP: 23/06/2025

III. Id do item no PCA: 33; 425

IV. Classe/Grupo: 6105 – motores elétricos; 7310 – Equipos. para cozinha; 4130 – Comp. De equipos. para refrigerador e ar cond.

V. Identificador da Futura Contratação: 102134-71-233-5/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:
- 4.1.1. Não são previstos impactos ambientais relevantes para este tipo de aquisição. A prateleira é um equipamento durável, sem descarte frequente;
- 4.1.2. A aquisição de cavaletes e cones apresenta baixo impacto ambiental por serem itens de sinalização passiva que não demandam consumo de energia, sendo os impactos mitigados pela exigência de materiais de alta durabilidade e resistência às intempéries, o que reduz a frequência de substituição e a geração de resíduos; ademais, ao final de sua vida útil, os itens deverão ser destinados à logística reversa ou centros de reciclagem de polímeros, garantindo o desfazimento adequado e a reinserção do plástico e da borracha na cadeia produtiva;
- 4.1.3. Não se aplica: A classificação de eficiência energética Nível A emitida pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia) indica que o aparelho eletrodoméstico é o mais eficiente e econômico de sua categoria em termos de consumo de energia elétrica o que não causa impacto ambiental;

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 71/2026 – IFUSP

4.1.4. Estratégia de Sustentabilidade e Mitigação: A aquisição priorizará equipamentos de alta durabilidade e resistência mecânica, visando a extensão do ciclo de vida útil e a consequente redução na geração de resíduos. Para os controles universais, será exigida ampla compatibilidade técnica para mitigar a obsolescência tecnológica precoce. Gestão de Resíduos: Eventuais impactos ambientais negativos são prevenidos através do fluxo de logística reversa interna. Materiais danificados serão devidamente triados, quantificados e acondicionados para descarte ambientalmente adequado, sob responsabilidade do Setor de Infraestrutura Predial (SIP), observando as normas de gestão de resíduos eletroeletrônicos.

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **10 (dez) dias**, contados da data de recebimento da nota de empenho/notificação de fornecimento, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **10 (dez) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Rua do Matão,1371 – Cidade Universitária – SP - Seção de Almoxarifado Morro da Coruja Bloco de Serviços

GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, **12 (doze) meses**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o **CONTRATADO** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 71/2026 – IFUSP

- 6.4. A Universidade de São Paulo poderá convocar representante do **CONTRATADO** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou outro instrumento equivalente (caso assim definido pela documentação que compõem a presente contratação), o órgão ou entidade poderá convocar o representante do **CONTRATADO** para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do **CONTRATADO**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17](#)).
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).
- 6.9. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições do objeto executado e aprovará a planilha de medição emitida pelo **CONTRATADO** ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III](#)).
- 6.10. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV](#)).
- 6.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).
- 6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).

Fiscalização Administrativa

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos,

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 71/2026 – IFUSP

solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III](#)).

- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV](#)).
- 6.15. Sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, o **CONTRATADO** deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.16. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

Gestor do Contrato

- 6.17. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º](#)).
- 6.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX](#)).
- 6.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII](#)).
- 6.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII](#)).
- 6.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único](#)).
- 6.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Do recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **05 (cinco)** dias, a contar da notificação do **CONTRATADO**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **10 (dez)** dias úteis.
- 7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao **CONTRATADO** para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertinente à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**;
- 7.10. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 71/2026 – IFUSP

acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

- 7.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

Prazo de pagamento

- 7.12. O pagamento será efetuado no prazo não inferior a **28 (vinte e oito)** dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023 e da [Portaria GR nº 8249/2023](#).

7.12.1. São condições para a liberação do pagamento:

- a) O recebimento definitivo do objeto;
- b) A entrega da documentação fiscal completa;
- c) A não existência de registro do **CONTRATADO** no Cadin Estadual, cuja consulta deverá ser feita pelo **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 6º, inciso II e parágrafo 1º da Lei Estadual nº 12.799/2008 c.c. artigo 7º, inciso II e parágrafo 1º do Decreto Estadual nº 53.455/2008.

- 7.13. Havendo atraso no pagamento dos contratos celebrados pela Universidade de São Paulo, por razões não imputáveis ao **CONTRATADO**, o valor devido será atualizado monetariamente pelo **IPC-FIPE** na forma da legislação aplicável, calculado pro rata temporis em relação ao atraso verificado, tornando-se passível de responsabilização aquele que der causa ao atraso imotivado.

7.13.1. Não será considerado atraso o período de suspensão dos pagamentos em razão do descumprimento das condições fixadas em contrato, nem as retenções para compensação com eventuais multas e prejuízos causados à Universidade ou a terceiros.

7.13.2. O pagamento da atualização financeira estabelecida neste artigo dependerá de requerimento a ser formalizado pela empresa contratada.

- 7.14. Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos (Nota Fiscal, Fatura e demais documentos exigíveis) para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.

- 7.15. Caso não ocorra a regularização no prazo definido no item anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até 07 (sete) dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.

- 7.16. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

- 7.17. Caso sejam constatadas irregularidades na execução do objeto contratado, será descontada do pagamento a importância correspondente ao descumprimento, sem prejuízo da eventual rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades cabíveis.

Forma de pagamento

- 7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do **CONTRATADO** no Banco do Brasil S/A, ficando terminantemente vedada a negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.
- 7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.19.1. O **CONTRATANTE** poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.
- 7.19.2. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.20. O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, caput, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO POR LOTE**.

Forma de fornecimento

- 8.2. O fornecimento do objeto será **integral**.

Exigências de habilitação

- 8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta aos seguintes cadastros informativos oficiais:

- a. SICAF;
- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- d. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- e. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

- f. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e
- g. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).
- 8.4. A consulta ao cadastro especificado na alínea “d” do item anterior será realizada em nome da pessoa jurídica fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.6. Também constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.
- 8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.8. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.10. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

- 8.12. Observadas as disposições do art. 18 do Decreto Estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024, e considerando que o objeto desta contratação se encontra enquadrado no Inciso II, **visto se tratar de contratação direta por valor**, deverá ser apresentada a seguinte documentação:
- 8.12.1. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual (Certidão de Débitos tributários Inscritos na Dívida Ativa)**, do domicílio ou sede do fornecedor:
- 8.12.1.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e/ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 71/2026 – IFUSP

de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.2. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**CNDT**) ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.12.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (**RFB**) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (**PGFN**), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (**DAU**) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.12.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**).

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.3. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 15.335,74 (quinze mil, Trezentos e trinta e cinco reais e setenta e quatro centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela acima**.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

9.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: **Instituto de Física da USP**
- II. Fonte de Recursos: **Tesouro**
- III. Programa de Trabalho: **Orçamento 2026**
- IV. Elemento de Despesa:
33903090/33903295/44905234/33903066/33903050
- V. Plano Interno: **PCA 2026**

9.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

São Paulo, data da assinatura digital.

Maria Ap. Barboza Mota
Técnico para Assuntos Administrativos

LOTE 01 - ITEM 01

APÊNDICE– ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

DEMANDA DE COMPRA N. 39056 - MATERIAL: EMPILHADEIRA

Tendo como base o disposto no artigo 18 - § 1º - o estudo técnico preliminar deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.

Aquisição de 01 - Paleteira - semi-elétrica - capacidade para até 2,5 toneladas rodas duplas na base.

II - Descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, em todas as suas dimensões, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho. Paleteira com capacidade mínima de 2.500 kg e garantia de 12 meses, garantindo assistência técnica nacional.

III - Levantamento de mercado, consistente na análise das alternativas possíveis, e justificativas técnica e econômica da escolha da solução a contratar.

Observação

IV - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso.

Aquisição de 1 paleteira manual semi-elétrica com garantia e assistência técnica nacional, permitindo transporte seguro de materiais e garantindo maior durabilidade e suporte ao longo do uso.

V - Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

A demanda é por uma unidade, conforme levantamento que demonstra ser suficiente para o setor de Serviços de Almoxarifado, considerando o espaço disponível e a necessidade operacional.

VI - Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.

Realizada com base em cotações de mercado, com valores unitários de referências anexados ao processo Vide anexo para o elemento VI. Vide anexo para o elemento VI.

VII - Justificativas para o parcelamento ou não da solução.

Não se aplica, pois a contratação é única e sem necessidade de divisão em lotes.

VIII - Contratações correlatas e/ou interdependentes.

Não se aplica: Pois a contratação é independente e não está vinculada a outras aquisições

IX - Demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração, observadas as disposições do artigo 16 do Decreto nº 67.689, de 3 de maio de 2023.

Não há previsão orçamentária para a referida aquisição. Vide anexo para o elemento IX.

X - Demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Espera-se otimizar o uso dos recursos humanos e melhorar a ergonomia, evitando problemas de saúde dos funcionários devido ao transporte manual de cargas pesadas, além de agilizar os serviços.

XI - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.

Não se aplica: Não são necessárias providências anteriores à celebração do contrato, Não se aplica: Nenhuma providência específica é necessária para a celebração do contrato.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 71/2026 – IFUSP

XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.

Não são previstos impactos ambientais relevantes para este tipo de aquisição. A paleteira é um equipamento durável, sem descarte frequente.

XIII - Manifestação conclusiva sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

A aquisição é adequada para atender às necessidades operacionais do setor de Almoxarifado do IFUSP, com baixo impacto financeiro e alta contribuição para eficiência no transporte de materiais.

MEMORIAL DESCRITIVO

LOTE 01 – ITEM 01 - MATERIAL: EMPILHADEIRA

CARRO DE TRANSPORTE MANUAL - MATERIA-PRIMA: DE ACO CARBONO TIPO DE CARRO: SUBIDA DOS GARFOS HIDRAULICO MODELO: TRANSPALLETE SEMI ELÉTRICO FORMA DA ESTRUTURA: ELEVACAO MAXIMA DE 20 CM ALCA/PEGADOR: PEGADOR EM FORMA DE 'T' DIMENSOES: MEDINDO NO MINIMO (122,5 X 68 X 153,3) CM (A X L X C) CAPACIDADE DE CARGA: 3.000 KG TIPO DE RODA/RODIZIO: RODA DIRECIONAL TANDEN DIAMETRO 170 X 50MM DE LARGURA COM ROLAMENTO DE BLINDAGEM DUPLA 613954 ACABAMENTO: COM TRATAMENTO CONTRA FERRUGEM E PINTURA EPOXI NUMERO DE RODAS/RODIZIOS: RODIZIOS COM DUAS RODAS NA ALAVANCA E DUAS RODAS EM CADA GARFO FINALIDADE: PARA MOVIMENTACAO DE CARGAS PESADAS DETALHES ADICIONAIS: GARANTIA MINIMA DE 12 MESES, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO;

LOTE 02 - ITENS 2 E 3

APÊNDICE – ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

DEMANDA DE COMPRA N. 73742 - MATERIAL: CAVALETES E BALIZADORES

Tendo como base o disposto no artigo 18 - § 1º - o estudo técnico preliminar deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.

O Instituto de Física tem a necessidade de adquirir cones e cavaletes para uso do setor de vigilância, com o objetivo de garantir a segurança e a organização dentro das instalações. Esses equipamentos são essenciais para direcionar o fluxo de pessoas e veículos, além de servir como sinalizadores de áreas restritas ou de obras em andamento. A aquisição desses materiais visa atender ao interesse público, proporcionando um ambiente seguro e organizado para os servidores, visitantes e usuários dos serviços públicos.

II - Descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, em todas as suas dimensões, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho.

Os requisitos para a contratação de 5 cones e 5 cavaletes incluem a entrega única dos materiais no local especificado, Rua do Matão 1371, setor de vigilância, durante o horário de expediente, de segunda a sexta, das 08:00 às 17:00. O responsável pelo recebimento é Marcos Pinheiro. Além disso, os materiais devem ter garantia/validade de 12 meses. Os critérios de sustentabilidade a serem considerados incluem a durabilidade dos materiais, a possibilidade de reciclagem e o baixo impacto ambiental. Os padrões mínimos de qualidade e desempenho devem atender às normas técnicas aplicáveis e às especificações do edital de licitação.

Item I: Cavalete de sinalização em polietileno, com proteção contra raios UV, medindo entre 114 cm e 116 cm de altura, e entre 62 e 65 cm de largura. Cavalete com painel duplo sendo parte superior 60cm x 30 cm, e parte inferior 60 cm x 20 cm. Cavalete na cor laranja, painéis para aplicação de adesivos, logotipos e outros. Com acabamento em esmalte sintético refletivo. Na parte superior deve possuir tampa, por onde é possível colocar água ou areia para evitar

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 71/2026 – IFUSP

deslocamento. Altura do cavalete aberto em torno de 110cm. GARANTIA MÍNIMA DE 12MESES
Item 2: Balizador de sinalização, em poliuretano ultra flexível; com proteção contra raios UV; no formato de poste cilíndrico vertical. na cor preta com duas faixas refletivas amarelas; faixas refletivas conforme NBR 14644. Medida: dimensões: 94 cm de altura x 10 cm diâmetro. pesando no mínimo 2,5 kg (aproximadamente); orifícios laterais c/4cm de diâmetro para passagem de corrente. base de borracha; com sistema de encaixe para acoplamento; efeito João Bobo. formato da base com 28 cm de diâmetro. cor da base: na cor preta; com 4 rebaixos para colocação de parafusos chumbadores para fixação ao solo; removível. Resistente a impactos, intempéries, alta visualização, p/canalização de tráfego e divisão de fluxo GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES
III - Levantamento de mercado, consistente na análise das alternativas possíveis, e justificativas técnica e econômica da escolha da solução a contratar.

O levantamento de mercado realizado indicou que existem várias opções de fornecedores de cones e cavaletes que atendem aos requisitos estabelecidos. A escolha da solução a contratar será baseada em critérios técnicos, como a qualidade dos materiais, e econômicos, como o preço e a relação custo-benefício. Além disso, serão consideradas as práticas de sustentabilidade e o compromisso dos fornecedores com a responsabilidade ambiental e social.

IV - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso.

A solução a ser contratada consiste na aquisição de 5 cones e 5 cavaletes para uso do setor de vigilância. As exigências relacionadas à manutenção incluem a responsabilidade do fornecedor em garantir a qualidade e a durabilidade dos materiais durante o período de garantia. Além disso, o fornecedor deve fornecer instruções de uso e manutenção adequadas para os equipamentos.

V - Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

A estimativa das quantidades a serem contratadas é de 5 cones e 5 cavaletes. A memória de cálculo levou em consideração as necessidades atuais do setor de vigilância e a possibilidade de economia de escala com a aquisição de uma quantidade maior de materiais.

VI - Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.

Com base nos orçamentos realizados em fevereiro/2026, estima-se que a compra estimativa seja aproximadamente de R\$ 3.574,31 (três mil, quinhentos e setenta e quatro reais e trinta e um centavos).

VII - Justificativas para o parcelamento ou não da solução.

A solução não será parcelada, pois se trata de uma aquisição simples de materiais que pode ser realizada em uma única etapa. Além disso, o parcelamento não traria benefícios significativos em termos de economia de escala ou redução de custos.

VIII - Contratações correlatas e/ou interdependentes.

Não existem contratações correlatas ou interdependentes com a aquisição de cones e cavaletes para o setor de vigilância.

IX - Demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração, observadas as disposições do artigo 16 do Decreto nº 67.689, de 3 de maio de 2023.

A contratação não foi prevista no Plano de Contratações Anual da Administração. A justificativa encontra-se em anexo a esta demanda. Vide anexo para o elemento IX.

X - Demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Os resultados pretendidos com a contratação incluem a garantia da segurança e da organização dentro das instalações, a redução de custos com a aquisição de materiais de qualidade e duráveis, e a melhoria da eficiência do setor de vigilância.

XI - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.

As providências incluem a organização de local adequado para armazenamento, a designação do servidor para o recebimento e a orientação dos servidores quanto ao manuseio e conservação dos itens de sinalização.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 71/2026 – IFUSP

XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.

A aquisição de cavaletes e cones apresenta baixo impacto ambiental por serem itens de sinalização passiva que não demandam consumo de energia, sendo os impactos mitigados pela exigência de materiais de alta durabilidade e resistência às intempéries, o que reduz a frequência de substituição e a geração de resíduos; ademais, ao final de sua vida útil, os itens deverão ser destinados à logística reversa ou centros de reciclagem de polímeros, garantindo o desfazimento adequado e a reinserção do plástico e da borracha na cadeia produtiva.

XIII - Manifestação conclusiva sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

A contratação de 5 cones e 5 cavaletes para o setor de vigilância é adequada para atender à necessidade de garantir a segurança e a organização dentro das instalações. A aquisição desses materiais é necessária e está alinhada com as prioridades e objetivos estratégicos da Administração. Além disso, a contratação foi planejada de forma a considerar a sustentabilidade e a redução de impactos ambientais. Portanto, a contratação é recomendada.

MEMORIAL DESCRITIVO

LOTE 02 – ITEM 03 – MATERIAL CAVALETES

Cavalete de sinalização em polietileno, com proteção contra raios UV, medindo entre 114 cm e 116 cm de altura, e entre 62 e 65 cm de largura. Cavalete com painel duplo sendo parte superior 60cm x 30 cm, e parte inferior 60 cm x 20 cm. Cavalete na cor laranja, painéis para aplicação de adesivos, logotipos e outros. Com acabamento em esmalte sintético refletivo. Na parte superior deve possuir tampa, por onde é possível colocar água ou areia para evitar deslocamento. Altura do cavalete aberto em torno de 110cm. GARANTIA MÍNIMA DE 12MESES

LOTE 02 – ITEM 03 – MATERIAL BALIZADORES

Balizador de sinalização, em poliuretano ultra flexível; com proteção contra raios UV; no formato de poste cilíndrico vertical. na cor preta com duas faixas refletivas amarelas; faixas refletivas conforme NBR 14644. Medida: dimensões: 94 cm de altura x 10 cm diâmetro. pesando no mínimo 2,5 kg (aproximadamente); orifícios laterais c/4cm de diâmetro para passagem de corrente. base de borracha; com sistema de encaixe para acoplamento; efeito João Bobo. formato da base com 28 cm de diâmetro. cor da base: na cor preta; com 4 rebaixos para colocação de parafusos chumbadores para fixação ao solo; removível. Resistente a impactos, intempéries, alta visualização, p/canalização de tráfego e divisão de fluxo GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES

Os bens deverão ser novos e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas e deverão, comprovadamente, estar em fase normal de produção/fabricação. Os materiais deverão ser fornecidos com todos os acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento;

Responsável pelo recebimento dos materiais e nota fiscal: Sr. Marcos Pinheiro dos Santos Abreu – Chefe da Seção de Vigilância - e-mail: mpabreu@if.usp.br - telefone: (11) 3091-6950; Instituto de Física da USP – Almoxarifado - Rua do Matão, 1371 – Cidade Universitária – Butantã – SP CEP 05508-090

APÊNDICE – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

DEMANDA DE COMPRA N. 87441 - MATERIAL: FORNO LOTE 03 e ITEM 4

Tendo como base o disposto no artigo 18 - § 1º - o estudo técnico preliminar deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 71/2026 – IFUSP

A biblioteca do Instituto de Física da USP necessita adquirir 1 (um) novo forno micro-ondas para substituir o equipamento atualmente em uso na copa da unidade. O aparelho existente, com mais de 16 anos de utilização, apresenta ineficiência no funcionamento, além de sinais de desgaste e ferrugem, o que compromete suas condições adequadas de uso. Diante desse cenário, eventuais manutenções tornaram-se antieconômicas, não sendo recomendável a continuidade de sua utilização. A aquisição desse eletrodoméstico é fundamental para assegurar o bem-estar, a segurança e a comodidade dos servidores, permitindo que possam aquecer suas refeições de forma prática, rápida e higiênica, sem a necessidade de deslocamento para outros prédios. Além disso, a melhoria na infraestrutura da copa contribui diretamente para a satisfação e a qualidade de vida no ambiente de trabalho, refletindo positivamente no clima organizacional e na produtividade dos colaboradores. Vide anexo para o elemento I.

II - Descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, em todas as suas dimensões, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho.

A aquisição está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA). A Biblioteca do Instituto de Física da USP necessita adquirir um novo micro-ondas para substituir o equipamento atualmente em uso na copa da biblioteca. O aparelho existente, com mais de 16 anos de utilização, apresenta ineficiência no funcionamento, além de sinais de desgaste e ferrugem, o que compromete suas condições adequadas de uso e conservação. Vide anexo para o elemento II.

III - Levantamento de mercado, consistente na análise das alternativas possíveis, e justificativas técnica e econômica da escolha da solução a contratar.

O forno micro-ondas, com as dimensões e especificações solicitadas, atende às necessidades da biblioteca, que funciona das 8h às 21h45 e conta com uma equipe de 10 servidores contando os estagiários. O equipamento será utilizado como apoio às atividades diárias dos colaboradores, considerando o período de funcionamento da biblioteca e a quantidade de colaboradores. Vide anexo para o elemento III

IV - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso.

A aquisição do forno de micro-ondas é fundamental para assegurar o bem-estar e a segurança dos servidores e estagiários, possibilitando o aquecimento de suas refeições de forma prática, rápida e higiênica. Ademais, a melhoria da infraestrutura contribui diretamente para a satisfação e a qualidade de vida dos colaboradores, impactando positivamente o clima organizacional e, conseqüentemente, a produtividade no ambiente de trabalho. Vide anexo para o elemento IV.

V - Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

A Biblioteca do Instituto de Física da Universidade de São Paulo (IFUSP) necessita da aquisição de 01 (um) forno micro ondas destinado ao uso dos servidores e estagiários que atuam no setor, atualmente composto por aproximadamente 10 colaboradores. Vide anexo para o elemento V.

VI - Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.

A estimativa de preço para aquisição de 1 forno micro-ondas é R\$ 647,00 (seiscentos e quarenta e sete reais). Valores obtidos por pesquisas de preços em sites eletrônicos como Magazine Luiza, Casas Bahia e Ponto Frio, realizada em 16/03/2026. Vide anexo para o elemento VI.

VII - Justificativas para o parcelamento ou não da solução.

Não haverá parcelamento, será aquisição de 01 forno micro-ondas. Vide anexo para o elemento

VIII - Contratações correlatas e/ou interdependentes.

Não se aplica: Não se aplica, será somente a aquisição de 01 forno micro-ondas

IX - Demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração, observadas as disposições do artigo 16 do Decreto nº 67.689, de 3 de maio de 2023.

A aquisição está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA). A Biblioteca do Instituto de Física da USP necessita adquirir um novo micro-ondas para substituir o equipamento atualmente em uso na copa da biblioteca. O aparelho existente, com mais de 16 anos de utilização, apresenta ineficiência no funcionamento, além de sinais de desgaste e ferrugem, o que compromete suas condições adequadas de uso e conservação. Vide anexo para o elemento IX.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 71/2026 – IFUSP

X - Demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

A aquisição de 01 (um) forno micro-ondas para uso na copa da Biblioteca do Instituto de Física visa assegurar o bem-estar e a segurança dos servidores, permitindo o aquecimento de suas refeições de forma prática e higiênica. A disponibilização do equipamento contribuirá para um ambiente de trabalho mais funcional, saudável e eficiente, considerando que servidores e estagiários deixarão de se deslocar para outro prédio para aquecer suas refeições. Dessa forma, a medida contribui diretamente para a satisfação e a melhoria da qualidade de vida no trabalho, refletindo positivamente no clima organizacional e na produtividade da equipe. Vide anexo para o elemento X.

XI - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.

Não se aplica: Não se aplica, será apenas a aquisição de 01 forno micro-ondas

XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.

Não se aplica: A classificação de eficiência energética Nível A emitida pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia) indica que o aparelho eletrodoméstico é o mais eficiente e econômico de sua categoria em termos de consumo de energia elétrica o que não causa impacto ambiental.

XIII - Manifestação conclusiva sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

A aquisição de 01 (um) forno micro-ondas mostra-se viável e necessária para garantir o bem-estar dos servidores, possibilitando o aquecimento de suas refeições de forma prática, rápida e higiênica. A medida contribuirá diretamente para a satisfação dos colaboradores, bem como para a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho. Vide anexo para o elemento XIII.

MEMORIAL DESCRITIVO

LOTE 03 – ITEM 04 – FORNO DE MICRO-ONDAS

Forno micro-ondas, branco; prato giratório de 31,5 cm diâmetro; capacidade 32 litros; Potência: 900W; Dimensão: 53.8 cm x 30.1 cm x 43.1 cm; Função tira odor, descongelar, níveis de 10 potência; Voltagem: frequência 110V; (Hz):60; classificação de eficiência energética nível A emitido pelo INMETRO; garantia mínima de 12 meses.

Instituto de Física da USP – Almoxarifado - Rua do Matão, 1371 – Cidade Universitária – Butantã – SP CEP 05508-090

APÊNDICE – ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

DEMANDA DE COMPRA N. 118711 - MATERIAL: CONTROLE REMOTO

LOTE 04 – ITEM 5 e ITEM 6

Tendo como base o disposto no artigo 18 - § 1º - o estudo técnico preliminar deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.

A presente aquisição visa a reposição de controles remotos para os sistemas de climatização da marca Elgin e controles remotos Universais, instalados nas dependências deste órgão. A necessidade fundamenta-se no fato de que o controle remoto é o dispositivo indispensável para o acionamento, ajuste de temperatura e controle de funções de economia de energia (Inverter/Eco) dos aparelhos. Atualmente, a inexistência ou o mau funcionamento destes periféricos impede a operação adequada das unidades de ar-condicionado, comprometendo a salubridade e o conforto térmico dos ambientes de trabalho e de atendimento ao cidadão

II - Descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, em todas as suas dimensões, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho.

Os controles remotos deverão apresentar total compatibilidade com os modelos de ar-condicionado da marca Elgin e Universal, aparelhos instalados no Instituto (ex: Linha Eco Power, Inverter, etc.). Devem possuir visor de cristal líquido (LCD) de alta visibilidade, botões em borracha de alta resistência com inscrições indelévels e alcance operacional mínimo de 8 metros. O acabamento deve ser em termoplástico ABS de alto impacto, garantindo durabilidade e resistência a quedas eventuais.

III - Levantamento de mercado, consistente na análise das alternativas possíveis, e justificativas técnica e econômica da escolha da solução a contratar.

A solução escolhida é a Alternativa, para Controles Compatíveis Específicos. Tecnicamente, esta opção é superior à universal pois garante que o usuário final acesse imediatamente as funções de eficiência energética (Inverter/Eco) nativas dos aparelhos Elgin, sem necessidade de configuração manual ou treinamento. Isso evita que os aparelhos fiquem travados em temperaturas inadequadas, o que causaria desconforto térmico ou sobrecarga no sistema elétrico do prédio.

IV - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso.

A solução consiste no fornecimento de controles remotos para unidades de ar-condicionado da marca Elgin e Universais, compreendendo dispositivos de comando à distância por infravermelho, compatíveis com as linhas (ex: Eco Power, Inverter, Cassete ou Piso-Teto) instaladas no órgão. A solução abrange o fornecimento do equipamento pronto para uso, acompanhado de suporte para fixação em parede (quando aplicável) e manual de instruções em português, visando restaurar a plena operabilidade e o controle térmico dos ambientes climatizados. Com o fornecimento de pilhas adequadas ao controle.

V - Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

A estimativa de 10 (dez) unidades fundamenta-se na necessidade de substituição imediata do equipamento (controles) danificados, cuja vida útil foi encerrada por danos estruturais. A memória de cálculo é simplificada pela relação de troca direta (1:1), mantendo a capacidade operacional dos ares condicionados da marca ELGIN instalada e 10 (dez) controles universais para os demais marcas de aparelhos de ares condicionados

VI - Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.

Estimativa de valores dos preços unitários dos itens dessa demanda, após levantamento via internet no período de 06 a 07 de abril de 2026. Ficou no valor total de R\$ 1.860,00. Segue em anexos os respectivos fornecedores, dos preços unitários levantados. Vide anexo para o elemento VI.

VII - Justificativas para o parcelamento ou não da solução.

Detalhamento do Objeto: A presente especificação técnica visa detalhar os requisitos para a aquisição de controles remotos compatíveis com aparelhos de ar-condicionado da marca ELGIN e Universais. Os itens solicitados atendem integralmente às necessidades do Instituto de Física da USP (IFUSP), tratando-se de uma solução simples que dispensa contratações complementares ou serviços suplementares. A aquisição busca garantir o conforto térmico e a funcionalidade do ambiente, fundamentais para a performance e segurança Página 1 de 6 das atividades laboratoriais e administrativas dos colaboradores.

VIII - Contratações correlatas e/ou interdependentes.

Não a necessidade, a divisão de lotes, por se tratar apenas de um item de compra. Contratação única de empresa para esta demanda, desde que todas as propostas apresentadas atendam integralmente aos requisitos técnicos, prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência Preliminar (TRP). A escolha da melhor proposta será realizada mediante análise técnica e comercial, priorizando a conformidade com o TRP e a melhor relação custo-benefício. Mas caso possível, fazer contratação com um único fornecedor, para evitar custos

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 71/2026 – IFUSP

desnecessários e trocas ou material fora das especificações da TRP- Termo de Referência Preliminar

IX - Demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração, observadas as disposições do artigo 16 do Decreto nº 67.689, de 3 de maio de 2023.

Conformidade com o Planejamento Institucional: A presente contratação guarda estrita consonância com o Plano de Contratações Anual (PCA 2026) desta Instituição, em observância ao Art. 16 do Decreto nº 67.689/2023. O objeto encontra-se devidamente catalogado como necessidade de manutenção de infraestrutura, assegurando que o gasto ocorra de forma planejada. Esta aquisição ratifica o compromisso com a continuidade operacional e a eficiência administrativa, afastando o caráter de despesa emergencial ou isolada.

X - Demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

As informações e especificações técnicas fornecidas são suficientes para a aquisição dos controles remotos para ares condicionados. Não há necessidade de documentos ou dados adicionais.

XI - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.

O objeto deste processo licitatório é único e não está relacionado a outros bens ou serviços que necessitem ser adquiridos em conjunto. Portanto, não há contratações correlatas ou interdependentes.

XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.

Estratégia de Sustentabilidade e Mitigação: A aquisição priorizará equipamentos de alta durabilidade e resistência mecânica, visando a extensão do ciclo de vida útil e a consequente redução na geração de resíduos. Para os controles universais, será exigida ampla compatibilidade técnica para mitigar a obsolescência tecnológica precoce. Gestão de Resíduos: Eventuais impactos ambientais negativos são prevenidos através do fluxo de logística reversa interna. Materiais danificados serão devidamente triados, quantificados e acondicionados para descarte ambientalmente adequado, sob responsabilidade do Setor de Infraestrutura Predial (SIP), observando as normas de gestão de resíduos eletroeletrônicos

XIII - Manifestação conclusiva sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

A presente aquisição visa o suprimento de materiais necessários para atender às demandas de manutenção preventiva e corretiva conduzidas pelo Setor de Infraestrutura Predial (SIP). A substituição dos controles remotos inoperantes é medida essencial para garantir o pleno funcionamento e a eficiência operacional dos sistemas de climatização em salas e laboratórios, assegurando o conforto térmico e a preservação de condições climáticas adequadas para as atividades desenvolvidas nestes ambientes.

MEMORIAL DESCRITIVO

LOTE 04 – ITEM 05 e ITEM 06 – CONTROLE REMOTO

1. Do Objeto:

A presente licitação tem por objeto a aquisição de controles remotos (específicos para a marca ELGIN e modelos universais) destinados aos sistemas de climatização. A finalidade é a recomposição do estoque estratégico para atender às demandas de manutenção e garantir a continuidade operacional dos aparelhos de ar-condicionado da instituição.

2. Justificativa:

A presente aquisição visa viabilizar o suprimento de **controles remotos (originais ELGIN e universais)** para sistemas de climatização, atendendo às demandas de manutenção preventiva e corretiva sob responsabilidade do **Setor de Serviços de Infraestrutura Predial (SIP)**. A disponibilidade desses dispositivos é essencial para assegurar o pleno funcionamento dos aparelhos instalados nas edificações do **Instituto de Física da USP**, garantindo condições térmicas adequadas para laboratórios de pesquisa, salas de aula e áreas administrativas. O quantitativo solicitado foi dimensionado com base no histórico de

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 71/2026 – IFUSP

consumo anual e na necessidade de manutenção de um estoque crítico, considerando-se o saldo remanescente atual.

3. Da aceitação do Objeto:

As propostas deverão conter especificações detalhadas dos produtos, mencionando marca, modelo, dimensões, composição e demais referências que permitam perfeita análise e aceitação. É facultado ao proponente o envio de fotos ou catálogos, bem como a indicação de sítios na internet onde possam ser verificadas as características do material. Deverão conter também a identificação correta do proponente, como razão social, nome de fantasia, CNPJ, endereço, telefones, representante legal, dados bancários e endereço eletrônico (e-mail).

4. Das quantidades e das especificações:

s quantidades e especificações necessários para o pleno atendimento da solicitação apresentada são as relacionadas nos quadros abaixo:

Item	Descrição / Material	Und.	Quant.	Cód. Gov. / Federal	Custo unitário	Custo total
01	Controle remote Universal	Unid.	10	390407	R\$ 35,14	R\$ 351,40
02	Controle remoto ELGIN	Unid	10	390407	R\$ 150,86	R\$ 1.508,60

4.1 - Tabela:

A tabela acima é meramente ilustrativa/informativa, com seus itens e quantidades.

4.2 – O custo estimado da contratação é **de R\$ 1.860,00**, conforme os custo unitários e suas quantidades na tabela acima.

4.3 – Descrição do Produto:

Controle Remoto YKR-K/001E para Ar Condicionado Elgin 9.000 a 60.000 BTUS -
*Procedência: Novo / Original - Botões: Auto Iluminação - Alimentação: AAA -
Aplicação:*

Compatível com os modelos de Ar Condicionado Elgin:



Foto Meramente Ilustrativa

- 45HEFI09B2IA
- 45HEFI12B2IA
- 45HEFI18B2IA
- 45HEFI24B2IA
- 45HEFI30B2IA
- 45HEQI09B2IA
- 45HEQI12B2IA
- 45HEQI18B2IA
- 45HEQI24B2IA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 71/2026 – IFUSP

- 45HEQI30B2IA
- 45HJFI09C2IA
- 45HJFI09C2WB
- 45HJFI09C2WC
- 45HJFI12C2IA
- 45HJFI12C2WB
- 45HJFI12C2WC
- 45HJFI12C2WD
- 45HJFI18C2IA
- 45HJFI18C2WB
- 45HJFI18C2WC
- 45HJFI24C2IA
- 45HJFI24C2WB
- 45HJFI24C2WC
- 45HJFI30C2IA
- 45HJFI30C2WB
- 45HJQI09C2IA
- 45HJQI09C2WB
- 45HJQI09C2WC
- 45HJQI12C2IA
- 45HJQI12C2WB
- 45HJQI12C2WC
- 45HJQI12C2WD
- 45HJQI18C2IA
- 45HJQI18C2WB
- 45HJQI18C2WC
- 45HJQI24C2IA
- 45HJQI24C2WB
- 45HJQI24C2WC
- 45HJQI30C2IA
- 45HJQI30C2WB
- 45HPFI09A2NA
- 45HPFI12A2NA
- 45HPQI09A2NA
- 45HPQI12A2NA
- 45HSFI09C2IA
- 45HSFI12C1IA
- 45HSFI12C2IA
- 45HSFI18C2IA
- 45HSFI24C2IA
- 45HSFI30C2IA
- 45HSQI09C2IA
- 45HSQI12C2IA
- 45HSQI18C2IA
- 45HSQI24C2IA
- 45HSQI30C2IA
- 45HVFI09B2IA
- 45HVFI09B2IB
- 45HVFI12B2IA
- 45HVFI12B2IB
- 45HVFI18B2IA
- 45HVFI18B2IB
- 45HVFI24B2IA
- 45HVFI24B2IB
- 45HVFI24B2IC
- 45HVFI30B2IA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 71/2026 – IFUSP

- 45HVFI30B2IB
- 45HVQI09B2IA
- 45HVQI09B2IB
- 45HVQI12B2IA
- 45HVQI12B2IB
- 45HVQI18B2IA
- 45HVQI18B2IB
- 45HVQI24B2IA
- 45HVQI24B2IB
- 45HVQI24B2IC
- 45HVQI30B2IA
- 45HVQI30B2IB
- 45HWFI09B2IA
- 45HWFI09B2WA
- 45HWFI12B2IA
- 45HWFI12B2WA
- 45HWFI18B2IA
- 45HWFI18B2WA
- 45HWFI24B2IA
- 45HWFI24B2WA
- 45HWFI30B2IA
- 45HWFI30B2IB
- 45HWFI30B2WA
- 45HWQI09B2IA
- 45HWQI09B2WA
- 45HWQI12B2IA
- 45HWQI12B2WA
- 45HWQI18B2IA
- 45HWQI18B2WA
- 45HWQI24B2IA
- 45HWQI24B2WA
- 45HWQI30B2IA
- 45HWQI30B2IB
- 45HWQI30B2WA
- 45KDFI18C2NA
- 45KDFI24C2NA
- 45KDFI36C2NA
- 45KDFI48C2NA
- 45KDFI60C2NA
- 45KPFI18B2NA
- 45KPFI18B2NB
- 45KPFI24B2NA
- 45KPFI24B2NB
- 45KPFI36B2NA
- 45KPFI36B2NB
- 45KPFI48B2NA
- 45KPFI48B2NB
- 45KPFI60B2NA
- 45KPFI60B2NB
- 45KPQI18B2NA
- 45KPQI18B2NB
- 45KPQI24B2NA
- 45KPQI24B2NB
- 45KPQI36B2NA
- 45KPQI36B2NB
- 45KPQI48B2NA

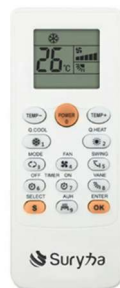
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 71/2026 – IFUSP

- 45KPQI48B2NB
- 45KPQI60B2NA
- 45KPQI60B2NB
- 45PDFI24C2DA
- 45PDFI30C2DA
- 45PDFI36C2DA
- 45PDFI48C2DA
- 45PDFI60C2DA

Códigos Compatíveis:

- ARC124195419600
- ARC124195419601
- YKR-K/001E

Controle Remoto Universal Split-HI Wall – 4.000 Códigos – Referência: 80150.063 ou Superior



O Controle Remoto Universal 80150.063 - utilizados para as principais marcas de Ares Condicionados do mercado, como:

CARRIER - Cód 0203-0209, 0456-0458, 0482-0486. 0563-0565

CONSUL - Cód 0463, 1999, 3535, 4335-4650

DAIKIN - Cód 0171-0183, 0566, 0567, 0583

ELECTROLUX - Cód 0216-0220, 0569, 1244

FUJITSU - Cód 0127-0137, 0464, 0552-0554

MIDEA - Cód 0260-0265, 0526, 1801, 2820

PHILCO - Cód 0210-0211, 0487, 0488, 1234

SAMSUNG - Cód 0188-0196, 0516, 0518, 1212

TCL - Cód 0273-0281, 0570, 0786

TOSHIBA - Cód 0107-0117, 0489, 0561, 0562, 1001

YORK - Cód 0238-0243, 0751, 1778

INFORMAÇÕES TÉCNICAS:

- 4000 Códigos na Memória
- Com Relógio e Timer ON/OFF.
- Função de Procura Automática: Caso não encontre o seu aparelho na lista de códigos, com apenas um botão você inicia a busca automática e configura o controle com seu aparelho.
- Função Q.Cool e Q. Heat controle da temperatura de forma rápida.
- Temperatura no Display do controle.
- Referência do Fornecedor: 80150.063.

CARACTERÍSTICAS:

- Contém Display.
- Fácil configuração.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 71/2026 – IFUSP

- Teclado maior e mais espaçado.
- Possui também funções originais tais como Intelligent Cool e Intelligent Heat, que de forma inteligente propiciam uma temperatura controlada e agradável do ambiente.

5. O objeto desta licitação será recebido:

a) Provisoriamente, pela Administração de Materiais (setor de Almoxarifado), para efeito de posterior verificação de conformidade dos produtos com as especificações.

b) Definitivamente, no prazo de 10 dias, pela Administração de Materiais (almoxarifado), após conferência, verificação das especificações, qualidade, quantidades dos produtos e da conformidade com as propostas apresentadas.

O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da **CONTRATADA** pela perfeita qualidade do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, no prazo de garantia do produto. Os custos de logística ficará inteiramente por conta da **CONTRATADA**;

Todos os itens deverão ser entregues em perfeito estado, e com plenas condições de consumo, nas dependências do Almoxarifado, alocado no Edifício Bloco de Serviços do Instituto de Física da USP, situado na Travessa “R”, s/nº, Cidade Universitária, Butantã, São Paulo – S.P, de segunda à sexta-feira, obedecendo o horário das 08h às 17 horas.

Os produtos serão recusados se forem entregues em desacordo com as especificações previstas no presente Termo de Referência e amostra aprovada;

Não serão recebidos materiais com marca diversa da apresentada na proposta.

Ocorrendo quaisquer das hipóteses previstas nos itens acima, a licitante vencedora deverá providenciar a substituição dos produtos no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da comunicação feita pelo Fiscal do Contrato, não consideradas como prorrogação do prazo de entrega.

Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, bem como a movimentação dos materiais até as dependências do depósito do Almoxarifado.

6. Da Fiscalização e Gestão:

A gestão do referido contrato ficará sob a responsabilidade da **Assistência Técnica Operacional – ATO**.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 71/2026 – IFUSP

ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL

Ao Instituto de Física da Universidade de São Paulo

Prezados Senhores,
Pela presente, apresentamos e submetemos à apreciação de V.sas., nossa Proposta Comercial, observada a descrição do objeto constante do Anexo I:

1 – IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

CNPJ:

Endereço:

Site:

Nome do representante:

Email:

Fone:

Observação: Nos valores apresentados deverão estar incluídos, além do lucro, todas e quaisquer despesas de responsabilidade da Proponente que, direta ou indiretamente, decorram do fornecimento do objeto licitado. Não será admitida a proposta parcial, isto é, a oferta deverá abranger a integralidade do item de interesse da Proponente.

2- OBJETO:

	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID. MEDIDA	QUANT. TOTAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
LOTE 01	ITEM 01 MATERIAL: EMPILHADEIRA CARRO DE TRANSPORTE MANUAL - MATERIA-PRIMA: DE ACO CARBONO TIPO DE CARRO: SUBIDA DOS GARFOS HIDRAULICO MODELO: TRANSPALETE SEMI ELÉTRICO FORMA DA ESTRUTURA: ELEVACAO MAXIMA DE 20 CM ALCA/PEGADOR: PEGADOR EM FORMA DE 'T' DIMENSOES: MEDINDO NO MINIMO (122,5 X 68 X 153,3) CM (A X L X C) CAPACIDADE DE CARGA: 3.000 KG TIPO DE RODA/RODIZIO: RODA DIRECIONAL TANDEN DIAMETRO 170 X 50MM DE LARGURA COM ROLAMENTO DE BLINDAGEM DUPLA 613954 ACABAMENTO: COM TRATAMENTO CONTRA FERRUGEM E PINTURA EPOXI NUMERO DE RODAS/RODIZIOS: RODIZIOS COM DUAS RODAS NA ALAVANCA E DUAS RODAS EM CADA GARFO FINALIDADE: PARA MOVIMENTACAO DE CARGAS	326726	UNID.	01	9.264,93	9.264,93

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 71/2026 – IFUSP

	PESADAS ADICIONAIS: MINIMA DE CONFORME DESCRITIVO;	DETALHES GARANTIA 12 MESES, MEMORIAL					
Lote 02	ITEM 02 MATERIAL: CAVALETES Cavalete de sinalização em polietileno, com proteção contra raios UV, medindo entre 114 cm e 116 cm de altura, e entre 62 e 65 cm de largura. Cavalete com painel duplo sendo parte superior 60cm x 30 cm, e parte inferior 60 cm x 20 cm. Cavalete na cor laranja, painéis para aplicação de adesivos, logotipos e outros. Com acabamento em esmalte sintético refletivo. Na parte superior deve possuir tampa, por onde é possível colocar água ou areia para evitar deslocamento. Altura do cavalete aberto em torno de 110cm. GARANTIA MÍNIMA DE 12MESES, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO;		360603	UNID.	05	554,28	2.771,40
	ITEM 03 MATERIAL: BALIZADOR Balizador de sinalização, em poliuretano ultra flexível; com proteção contra raios UV; no formato de poste cilíndrico vertical. na cor preta com duas faixas refletivas amarelas; faixas refletivas conforme NBR 14644. Medida: dimensões: 94 cm de altura x 10 cm diâmetro. pesando no mínimo 2,5 kg (aproximadamente); orifícios laterais c/4cm de diâmetro para passagem de corrente. base de borracha; com sistema de encaixe para acoplamento; efeito joão bobo. formato da base com 28 cm de diâmetro. cor da base: na cor preta; com 4 rebaixos para colocação de parafusos chumbadores para fixação ao solo; removível. Resistente a impactos, intempéries, alta visualização, p/canalização de trafego e divisão de fluxo GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO;		624517	Unid.	05	160,57	802,85

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 71/2026 – IFUSP

Lote 3	ITEM 04 MATERIAL: FORNO MICRO-ONDAS , BRANCO; PRATO GIRATÓRIO DE 31,5 CM DIÂMETRO; CAPACIDADE 32 LITROS; POTÊNCIA: 900W; DIMENSÃO: 53.8 CM X 30.1 CM X 43.1 CM; FUNÇÃO TIRA ODOR, DESCONGELAR, NÍVEIS DE 10 POTÊNCIA; VOLTAGEM: FREQUÊNCIA 110V; (HZ):60; CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NÍVEL A EMITIDO PELO INMETRO; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO;	391765	UNID.	01	636,66	636,66
Lote4	ITEM 05 MATERIAL: CONTROLE REMOTO CONTROLE REMOTO UNIVERSAL PARA AS MARCAS PARA OS CONDICIONADORES DE AR DA MARCA CONSUL, DAEWOO, ELECTROLUX, FUJITSU, GENERAL, GREE, HITACHI, HYUN.- MODELO: MODELO SPLIT, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO;	390407	UNID.	10	150,85	1.508,50
	ITEM 06 MATERIAL:CONTROLE REMOTO CONTROLE REMOTO PARA CONDICIONADOR DE AR DA MARCA ELGIN, PISO TETO, 48.000 BTU/H- MODELO: MODELO PHFI 48000-2- GARANTIA: COM PRAZO DE GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES, NBR 16101 ABNT, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO;	322970	UNID.	10	35,15	351,40

3 – DAS DEMAIS CONDIÇÕES:

Prazo de garantia: segundo Código de Defesa do Consumidor

Prazo de entrega: 10 dias úteis

Prazo de pagamento: 28 dias corridos.

Validade da proposta: 60 dias corridos.

Encaminhar catálogo técnico correspondente aos modelos ofertados, a fim de comprovar as especificações técnicas descritas na proposta.

Conta bancária no Banco do Brasil

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 71/2026 – IFUSP

Estamos de acordo com os termos da Resolução USP nº 8548, de 13 de dezembro de 2023, cujo teor encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.leginf.usp.br>.

Declaramos total concordância com os termos do Aviso de Contratação Direta, seus anexos e demais condições da presente dispensa de licitação.

(Local e Data) _____, ____ de _____ de _____.

(Nome e assinatura do representante legal da Empresa/Cargo)

**ANEXO III – ORIENTAÇÕES SOBRE A RETENÇÃO DE
IMPOSTO DE RENDA**

Em razão da publicação da IN RFB nº 2.145/2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012, a Universidade de São Paulo, na condição de Autarquia Especial do Governo do Estado de São Paulo, deverá realizar a retenção na fonte do valor correspondente ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente sobre rendimentos pagos às pessoas jurídicas contratadas para fornecimento de bens e prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, observadas as disposições da Lei nº 9.430/1996, do Decreto nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda) e da Portaria Conjunta CGE/CAF nº 01/2023.

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023

Por decorrência, será de exclusiva responsabilidade da pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço destacar no documento fiscal a alíquota a ser descontada, observadas as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e a coluna “IR (02)” do Anexo I da mesma Instrução ou, quando amparados por isenção, não incidência ou alíquota zero, destacar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do Imposto sobre a Renda (IR) ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou do serviço.



USPAssina - Autenticação digital de documentos da USP

Registro de assinatura(s) eletrônica(s)

Este documento foi assinado de forma eletrônica pelos seguintes participantes e sua autenticidade pode ser verificada através do código R35J-5EGV-KP71-5K6M no seguinte link: <https://portalservicos.usp.br/iddigital/R35J-5EGV-KP71-5K6M>

Kaline Rabelo Coutinho

Nº USP: 957971

Data: 05/05/2026 12:01